Ilídio Mariz Simões
Eng. Electrotécnico

As Primeiras Instalações em Portugal de Serviço Público para Produção e Distribuição de Energia Eléctrica

4 - Electrificação dos Açores

4ª Parte: A Electrificação da Ilha do Faial

resumo

Depois de ter analisado aspectos históricos da electrificação das ilhas açoreanas de S. Miguel e Terceira, o Autor descreve o que se passou na ilha do Faial.

4th Part: The Electrification of Faial Island

summary

Following the description on history evolution of the electrification in St. Miguel and Terceira islands, the Autor analyses what has happened in Faial island, another Azores island.

Na cidade da Horta, ilha do Faial, as primeiras tentativas para montagem de luz eléctrica datam de 1902, com uma casa americana, logo seguidas por outra com a firma Lima Neves de Lisboa, que se propunha fazer a iluminação pública da cidade mediante o pagamento anual de 3.000$000 reis. Chegou a haver contrato com a Câmara, mas este foi rescindido em 1906 por falta de cumprimento.

Apareceram então várias sugestões para se levar por diante o empreendimento. Entre elas, a mais vantajosa foi a proposta do Eng. João Raposo de Medeiros (micaelense), a quem a Câmara adjudicou a 1 de Agosto de 1908 o fornecimento de luz eléctrica por um prazo de 30 anos. Por decreto de 31/10/1908 foi-lhe confirmada a concessão.

Contratualmente, a iluminação pública seria feita por 400 lâmpadas (150 com a intensidade de 25 velas e as restantes de 16) e por 2 arcos voltaicos de 10 amperes. A Câmara pagaria anualmente por esta iluminação 5.000$000 reis insulanos, e como extra aquela que mandasse instalar por ocasião de festejos. Quanto aos consumidores particulares, estes pagariam a energia por avença ou por medição em contador: no primeiro caso, entre 1$000 e 2$500 reis mensais para lâmpadas entre 10 e 32 velas; no segundo, 40 reis por hectowatt-hora.

Para dar cumprimento ao que se obrigara, o Eng. Raposo de Medeiros montou uma central térmica com grupo de 100 kW de potência nominal, semi-fixa a vapor Lanz, accionando um dínamo AEG que gerava corrente contínua a 500 volts. Por meio de um divisor de tensão, a rede de distribuição da cidade era alimentada a 440/220 volts.

A inauguração solene do serviço público da distribuição de energia eléctrica na cidade da Horta efectuou-se a 11 de Abril de 1910.

Nessa ocasião escreveu o periódico local "O Telégrafo":

"Foi o Sr. Eng. Raposo de Medeiros que planeou e dirigiu todos os trabalhos da instalação eléctrica da Horta. Com tamanha solicitude e proficiência o fez que esta instalação é modelar e ao que nos informam pessoas competentes, uma das mais perfeitas e completas que se encontam em terras portuguesas".

A seguir, o Eng. Raposo de Medeiros promoveu a constituição de uma sociedade para explorar o serviço público da produção e distribuição de electricidade no concelho de Horta. Formalizada por escritura a 11 de Julho de 1910, a Empresa de Iluminação Eléctrica da Horta Lda., no final deste ano tinha 25 sócios e um capital de 33.750$000 reis.

O Eng. Raposo de Medeiros manteve-se como sócio-gerente até 1913, ano em que deixou a empresa e emigrou

para o Brasil.

Anos depois, escrevia-se num relatório da empresa (1):

"Durante alguns anos a empresa exerceu a sua indústria regularmente de forma a bem satisfazer as reduzidas necessidades da época e a fraca ambição especulativa dos gestores, que mais que gananciar, tinham procurado com a criação da empresa enquadrar a cidade da Horta na moldura nova dos progressos da civilização. Como é de calcular, com o decorrer dos anos o emprego da nova luz foi-se generalizando, e à medida que os maquinismos iam sofrendo naturalmente desgaste dum aturado uso, o alargamento da rede de consumidores ia-lhes exigindo cada vez mais, um esforço que eles não comportavam, que não cabia já nos limites da sua máxima potência geradora. É que a luz eléctrica, que ao princípio não fora para a população mais que uma simples curiosidade, se transformara pouco a pouco, numa necessidade imperiosa e ineludível - necessidade que não podia ser integralmente satisfeita com o rendimanto das velhas máquinas da empresa.

Então, consolidada a indústria de incontestável utilidade que umas escassas dezenas de bons faialenses aqui tinham estabelecido, urge o aprimente problema do seu forçoso alargamento - a amoliação dos edifícios existentes, aquisição de novos e mais potentes maquinismos e conservação dos velhos, como grupos de reserva.

Para esta obra, de mais largo alcance, pouco valiam os modestos recursos que então dispunha a empresa, a qual começou a deligenciar no sentido de ser efectuado um aumento do capital social.

Não foi tarefa fácil, nem lisongeiro o resultado das primeiras demarches: a subscrição prometida para uma possível emissão de acções não cobria 1/3 da importância julgada necessária aos gastos das novas instalações em projecto.

Não desanimaram porém os poucos que no momento estavam empenhados, multiplicaram os seus esforços - e conseguiram que o Banco do Faial, encabeçando com 200.000$00 escudos uma lista de subscritores, emprestasse à empresa todo o prestígio do seu forte crédito de então".

Foi assim atraído o capital, pelo exemplo aliciador do Banco, o que levou em 1924 à transformação da sociedade por quotas, então com o capital de 43.000$00 escudos, em sociedade anónima por acções com o capital de 1.120.000$00 escudos obtido pela valorização do capital antigo e pela cobertura de uma emissão de mais 7.977 acções de 100$00.

Data pois de 1924 a criação da Empresa de Iluminação Eléctrica da Horta SARL, cuja escritura de constituição foi assinada em Abril desse ano.

A antecessora no período final da sua vida tivera de enfrentar grandes dificuldades de ordem financeira, consequência da primeira guerra mundial apesar de ter solicitado à Câmara a revisão do contrato inicial para o fornecimento de electricidade.

Num novo contrato, assinado a 2/5/1923, a Empresa obteve da Câmara o acordo para que o fornecimento da energia fosse concedido com um prazo de 25 anos, incluindo os 15 já decorridos e tendo como principal alteração a da actualização do preço da energia.

A nova empresa, numa situação mais desafogada, deu imediata execução à compra de dois grupos Borsig a vapor, de 55 kW cada um, cuja montagem foi autorizada por despacho ministerial de 31/10/1925.

Com este reforço da potência da central térmica conjuntamente com algumas ampliações da rede de distribuição, a empresa começou a fornecer energia também durante o dia e às indústrias que a quizessem utilizar.

Ela própria, além de uma moagem que já explorava, instalou um fabrico de gelo e uma serração de madeiras.

Os resultados de exploração nos dois primeiros anos da nova empresa, onerados pelos encargos financeiros contraídos com as novas instalações e agravados com os prejuízos resultantes do sismo de 1926 (redução temporária de consumo e reparações na fábrica e na rede) saldaram-se por défices. A partir de 1927 a situação melhorou e para esta melhoria teve sensível influência o consumo de energia das empresas estrangeiras de telegrafia por cabo submarino amarrado na Horta.

No quadro a seguir vê-se a preponderência da receita em contos obtida dessas empresas, relativamente à dos outros consumos:

Ano	Cidade	Câmara	Emp. cabo submarino
1925	166,5	20,5	72,4
1930	221,0	81,5	501,0

Numa rápida análise dos primeiros 10 anos de exercício da E.I.E.H. SARL verifica-se principalmente o seguinte: a sua gerência caprichou em retribuir os accionistas com dividendos confortáveis: 10% em 1928, 15% em 1929, 1930 e 1931, 9% entre 1932 e 1935, reflectindo os lucros dos exercícios, crescentes até 1931, mas afectados a partir deste ano pela crise enconómica manifestada em todas as actividades e extensiva a todas as regiões.

No entanto, a distribuição da energia continuou confinada à cidade da Horta, não dando portanto a empresa integral cumprimento ao contrato celebrado com a Câmara, ao estabelecer que a luz eléctrica devia chegar gradualmente a todas as freguesias do concelho.

A empresa não acumulava fundos suficientes para prover a novas instalações e a agravar esta penúria surgiu a crise do Banco do Faial, seu principal accionista, que suspendendo pagamentos em 1935, imobilizou os depósitos. A empresa ficou com 940 contos "congelados" nesse Banco.

E os anos continuaram a decorrer sem investimentos em novas instalações, o que comprovava a incapacidade da empresa em alargar a distribuição de electricidade a toda a ilha. De resto até se notava uma certa estagnação no desenvolvimento dos consumos energéticos (2).

(1) Relatório apresentado à Assembleia Geral de accionistas a 3/2/1939.

Porém, em 1940, era reconhecida como indispensável, proceder a uma total remodelação da central geradora e da rede de distribuição da energia, contando para isso que num contrato com a Câmara fossem formalizadas "***condições a bem servir o público e não descurar os legítimos direitos da empresa...***"

É verdade que esta empresa suportava então o reflexo das dificuldades gerais ocasionadas pela 2.ª guerra mundial.

No relatório de 1942 escrevia a gerência:

"Procurando seguir a orientação que tem por lema conciliar os interesses da empresa com os do público, pequenas não foram as dificuldades a vencer em face da constante subida de preços dos combustíveis e óleos lubrificantes, encargos resultantes do acordo com a Câmara Municipal da Horta; alteração da hora oficial durante o verão e, sobretudo a inesperada falta de transportes para a condução das lenhas do Pico, forçando a consumir carvão com prejuizo apreciável. Envidaram-se esforços no sentido de remover as dificuldades que se apresentavam, quer adquirindo um barco para o transporte da lenha, quer desenvolvendo ao máximo o consumo da energia para iluminação a força mortriz durante o dia".

Mas apesar destas dificuldades, sem aumento do capital social e recorrendo apenas às reservas constituídas, foi-lhes possível fazer a aquisição de dois grupos geradores-motor diesel de 150 CV e dínamos de 100 kW, um dos quais ainda foi montado em 1942 e o outro no ano seguinte. Esta instalação mostrava-se indispensável, pois sempre que haviam trabalhos de beneficiação nos maquinismos ou caldeiras existentes, a empresa tinha de anunciar cortes de corrente nalguns sectores da rede ou interrupções parciais na iluminação pública.

1942 foi o último ano em que a E.I.E.H. deu publicidade aos seus relatórios de exercício e assim, durante alguns anos, ignora-se como decorreu o processo de electrificação do Faial, já que os jornais locais só raramente a isso se referiam. Sabia-se apenas que a empresa concessionária continuava activa pelos anúncios de convocação de assembleias gerais dos seus sócios e para pagamento de dividentos.

Relacionado com o problema da reestruturação do Banco do Faial, que com um acordo de credores continuou a funcionar até ser integrado no Banco Português do Atlântico, a E.I.E.H. recebeu deste banco uma proposta para aquisição do capital detido pelo Banco do Faial.

Em 1948, aparecem no "Correio da Horta" queixas respeitantes à situação do problema da electricidade na ilha. Em artigos sobre o plano da actividades do Município em 1948, escreveu-se:

"Consta do plano de actividades a solução do problema muito importante para a economia do Município e dos munícipes. É o que se refere à iluminação particular, cujo preço do kWh está dificultando o orçamento dos chefes de família, sendo de toda a conveniência que a actual municipalidade resolva esta situação com a maior urgência e insenção, pois que o contrato com a empresa da iluminação eléctrica termina no corrente ano, sendo de louvar que a Câmara estabeleça negociações para o efeito da municipalização desses serviços, contando assim beneficiar a população citadina e também melhorar a iluminação pública".

No ano seguinte um colaborador do dito jornal opinava:

"O problema que toca a ilha do Faial não parece difícil: Bastaria transformar em alterna a corrente contínua da energia eléctrica gerada pela empresa da iluminação eléctrica da Horta, coadjuvada na primeira fase pela energia produzida pelos motores do Hospital Militar dos Flamengos que asseguramos são capazes de iluminar esta freguesia e a própria Feteira..."

Há sempre "ingénuos" a julgar que todos os problemas são simples. E o que era certo, era a E.I.E.H. não se mostrar disposta a encarar a solução preconisada. Continuava indiferente às queixas que surgiam e até às ideias de uma possível municipalização do seu serviço.

Nesta altura, até despreocupadamente anunciava actividades novas na oficina anexa à central geradora: ***"Reparação de automóveis, mecânica geral e electricidade, trabalhos de serralharia em geral, etc."***

Em 1951, o Município, perante a inacção da E.I.E.H. e consequente situação de litígio com ela, dirigiu-se ao Governo para lhe permitir a minicipalização dos serviços de produção e distribuição de electricidade no Faial, estabelecendo-lhe um plano de acção e provendo-o de meios para o concretizar. Para o prosseguimento da electrificação total da ilha pensou-se na construção de um aproveitamento hidroeléctrico que teria a sua produção complementada por uma central térmica. Como a energia deste novo sistema seria gerada em C.A. haveria também de se montar nova rede para substituir a existente em C.C.

A iniciativa referente à construção do aproveitamento hidroeléctrico teve imediato seguimento com a publicação do decreto 38.997 de Novembro de 1952 em que o Ministério das Obras Públicas, pela Direcção dos Serviços Hidráulicos autorizava contratar-se o Eng. Luís Teixeira de Carvalho para elaborar o projecto do dito aproveitamento, sendo-lhe fixado o prazo de 6 meses para o apresentar.

Porém, dado o tempo necessário para se implementar o novo sistema produtor e distribuidor da energia eléctrica sob a égide municipal, a Câmara viu-se forçada, nesse ano de 1952, a revalidar o contrato de fornecimento da electricidade com a E.I.E.H. Esta, esperançada que continuaria ainda por muito tempo a usufruir desse privilégio, até se apressou a submeter à apreciação dos seus accionistas um ante-projecto e o respectivo orçamento para a modificação da central geradora e da rede de distribuição. Mas eles não se mostraram entusiasmados com a ideia, que os obrigaria a novos e imporantes investimentos. O capital da empresa manteve-se inalterável nos 1.120 contos.

(2) Em 1938 houve mesmo uma diminuição de consumos em relação ao ano anterior, embora com causa não atribuível à empresa. Resultou da entrada em vigor do regime de abertura e encerramento de estabelecimentos comerciais.

Em 1955, a Comissão Executiva da Junta Autónoma do Distrito da Horta manifestou o seu interesse pela electrificação de todas as ilhas deste distrito, inscrevendo no seu plano de acção atender às necessidades públicas nessas ilhas, onde no seu conjunto se registava o mais baixo consumo do país em energia eléctrica. A junta, tomando posição na resolução deste problema, deu o seu apoio à execução do planeado aproveitamento hidroeléctrico no Faial ***"no qual vislumbrava excelente perspectiva em futuro próximo"***.

Em 1956, o Município da Horta considerava finalmente estar em condições de proceder à municipalização dos serviços de electricidade na ilha e assim a 14 de Março desse ano deliberou requerer ao Governo a necessária autorização. Esta só viria a ser concedida por despacho do Secretário de Estado do Comércio e Indústria de 18 de Julho de 1958.

Todavia, os primeiros passos para dar execução ao novo sistema electroprodutor da ilha já tinham sido dados.

Pelo Decreto-Lei 41.087 de 30/4/1957 o Governo atribuiu à Câmara Municipal da Horta a execução do aproveitamento hidroeléctrico do Varadouro na ilha do Faial, incluindo um complemento térmico, bem assim a execução da 1.ª fase da electrificação do concelho, fixando o limite do custo global em 15.000 contos. (Esta 1.ª fase da electrificação do concelho compreendia uma nova rede de distribuição na cidade da Horta, que seria extensiva a algumas das freguesias vizinhas). Na mesma altura, publicou-se uma portaria do Ministério da Economia concedendo uma comparticipação nos custos dessa electrificação.

Estes diplomas legais iam permitir que em Novembro desse ano de 1957 o Presidente da Câmara Municipal da Horta anunciasse estar a concurso a arrematação da empreitada de construção do aproveitamento hidroeléctrico do Varadouro.

Neste aproveitamento iam utilizar-se as águas da Levada de Águas Claras, que recolhia diversas captações, prevendo-se a construção de um reservatório de compensação anual e outro de regularização diária dos caudais a encabeçar a conduta forçada. Criava-se uma querda bruta de 50 m.

Na central iam instalar-se 2 grupos com turbina Pelton de 400 CV, ligados a alternadores trifásicos de 250 kVA, gerando a corrente à tensão de 380 V. Anexo à central ficava instalado um posto de transformação 380/15.000 V donde partia a linha de transporte da energia até à Horta.

O concurso acima referido foi aberto em 2.ª praça em Fevereiro de 1958 com uma base de licitação acrescida de 6% (3.750 contos).

Nesta última data a Câmara também pôs a concurso a arrematação da empreitada relativa ao fornecimento da conduta forçada e do equipamento da central, que não faziam parte da empreitada anterior. Base de licitação 4.723 contos.

A 11 de Julho de 1958 o "Correio da Horta" anunciava a autorização do Ministro das Finanças para a Câmara contrair na C.G.D. um empréstimo de 9.500 contos, importância atribuída ao custo das obras do aproveitamento do Varadouro.

As obras para a construção deste aproveitamento tiveram início nos fins de 1959, mas iam progredir muito lentamente. No plano de actividades do Município relativo a 1963, afirmava-se ***"que se lhe ia dar maior incremento"***. Levaram 10 anos a executar!

A 21 de Setembro de 1961 a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos pôs a concurso a empreitada de fornecimento do equipamento electromecânico da subsestação da Horta e da central térmica anexa à linha de alta tensão que a ligava à central do Varadouro, cabos para alimentarem os postos de transformação de Agustias e República com a (base de licitação 5.600 contos).

Como observação a este concurso, atente-se no facto da térmica ser considerada como "um anexo à linha". Depois se veria a importância que tal anexo tomaria.

A 4 de Janeiro em 1962 o "Correio da Horta" anunciava que a central do Varadouro já dispunha de completa maquinaria, mas a 20 de Fevereiro esclarecia "***que a montagem dos complexos maquinismos devia terminar dentro de semanas,"*** contando-se que as primeiras experiências da central se realizassem a 5 de Março. Acrescentava ainda ***"que estavam captadas as fontes abastecedoras da central, estando em vias de conclusão a conduta forçada e que os trabalhos de revestimento da albufeira do Cabaço dos Trinta iam começar em breve. Que as linhas que condiziriam a electricidade do Varadouro à cidade estavam quase prontas, seguindo-se depois a construção da central térmica"***.

O mesmo jornal, a 26 de Fevereiro, referindo-se novamente ao aproveitamento do Varadouro, noticiava estarem as obras em vias de acabamento, fazendo apenas excepção, pela sua delicadeza, as do revestimento do reservatório de compensação anual, em relação às quais não se tomaria uma decisão sem haver um parecer técnico, devido ao melindre de se terem de vedar terrenos vulcânicos. Fora deliberado consultar o LNEC, que já enviara um engenheiro para colher elementos destinados a um estudo definitivo.

Na mesma altura, o jornal acrescentava que ***"a hidroeléctrica tinha um desdobramento necessário para a produção da energia numa central térmica"*** mas o início da sua construção estava ainda dependente da revisão do plano de financiamento à Câmara.

Em Novembro anunciava-se que a Câmara ia diligenciar para dar o melhor andamento aos trabalhos de contrução da central térmica e da rede da cidade, pois já estava em condições de adjudicar o fornecimento de 2 grupos a motor diesel de 340 CV com alternadores de 260 kVA e pôr a concurso a construção do edificio.

O ano de 1963 decorreu sem que a desejada energia do Varadouro chegasse à Horta, que continuava a ter um serviço irregular no abastecimento da electricidade (frequentes interrupções em Agosto por falta de água para a refrigeração dos motores da E.I.E.H.).

Em Setembro desse ano, aquando da visita do Ministro Arantes Oliveira ao arquipélago açoreano, foi abordado o problema da entrada em serviço da hidroeléctrica, que continuava dependente dos estudos de impermeabilização do reservatório do cabeço dos Trinta. O Ministro declarou que os estudos deveriam estar a concluir-se, mas que o aproveitamento podia começar a trabalhar sem aguardar o complemento das obras a fazer naquele reservatório. Restava apenas

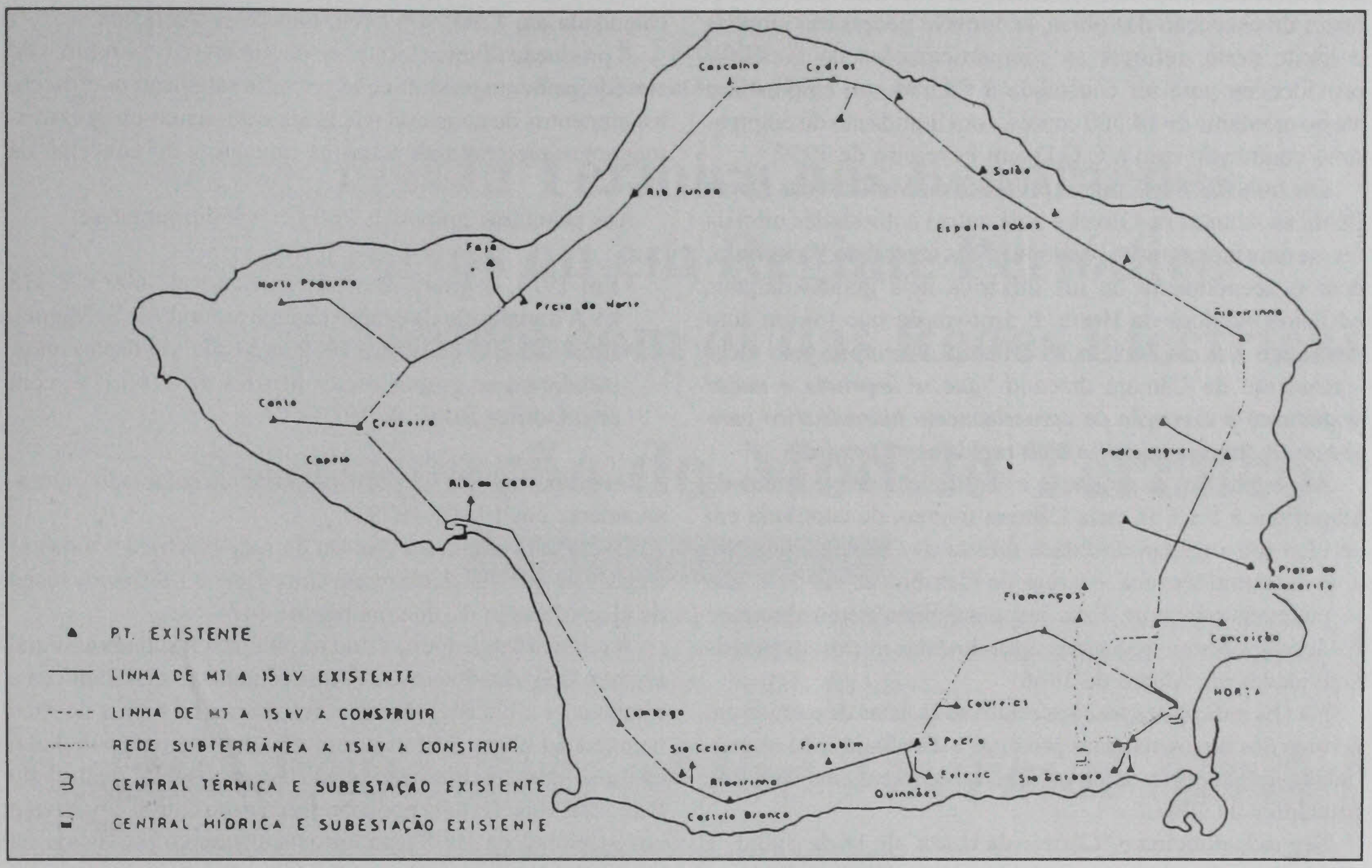

Fig. 1 - Rede eléctrica da Ilha do Faial.

Dados referentes ao ano de 1989.		
Superfície	173,1	km^2
Número de habitantes	15 489	
Número de consumidores	5 922	
% de população servida	100 %	
Produção bruta	21,2	GWh
Ponta do diagrama de carga	3,8	MW
Capitação anual da produção bruta	1 370	kWh/hab.

resolver problemas de financimamento e de reorganização dos serviços municipais e ainda o de substituição da rede de distribuição da energia.

Em Maio de 1964, o Presidente da Câmara anunciou que a adjudicatária da nova rede de distribuição dera início à respectiva montagem, pelo que pedia aos proprietários dos prédios que facilitassem a colocação das linhas.

Em Agosto seguinte recomeçaram os trabalhos no reservatório do Cabeço dos Trinta.

Chega-se a 1965 e na Horta ainda não há electricidade produzida pela água que cai do céu...

Em Fevereiro, a E.I.E.H. comunica aos seus consumidores que por resolução tomada em assembleia geral de accionistas cessaria as suas actividades como produtora e distribuidora de energia eléctrica no Agosto seguinte; que dessa resolução tinham dado conhecimento às autoridades competentes e que, para salvaguardar do interesse público, não desmonstrariam o seu sistema produtor e distribuidor antes de 31 de Dezembro de 1965. Noutra assembleia geral, realizada em Agosto, a empresa resolveu, de acordo com o que lhe fora solicitado pela Câmara, alargar por mais uns meses o prazo de fornecimento da energia à cidade "***em modalidades de vivência de interesses comuns***".

A partir de então as instalações da empresa passaram a funcionar em regime de requisição e a Câmara em Novembro deliberou propor superiormente a aquisição do património da E.I.E.H., aquisição que se formalizou numa escritura em Janeiro de 1966.

Em Junho de 1965 foi publicado o decreto 46393, onde se declarava ter-se reconhecido vantagem em aumentar a potência térmica a instalar; haver-se verificado o agravamento de certos custos e ainda, tendo de se atender ao alargamento do

prazo de execução das obras, se tornava necessário ampliar o limite deste, reforçar as comparticipações do Estado e providenciar para ser concedido à Câmara um empréstimo até ao montante de 14.500 contos, com liquidação do empréstimo contratado com a C.G.D. em Fevereiro de 1959.

Em Julho de 1960, com a presença do Ministro das Obras Públicas Arantes de Oliveira e de outras autoridades oficiais fez-se uma inauguração "simbólica" da central do Varadouro, com o acendimento da luz eléctrica nela gerada nalguns edifícios públicos da Horta. E a prova de que foi um acto simbólico está na declaração feita em Setembro pelo vice-presidente da Câmara dizendo "***que se imprimia o maior andamento à execução do aproveitamento hidroeléctrico para entrar em funcionamento o mais rapidamente possível***".

As instalações de produção e distribuição de electricidade adquiridas à E.I.E.H. pela Câmara tiveram de continuar em serviço sob a responsabilidade directa da Câmara, enquanto a nova central térmica e a rede de distribuição em C.A. não se puderam substituir. Esta responsabilidade transitou para os Serviços Municipalizados, quando estes iniciaram as suas actividades em Março de 1966.

Não há indicações precisas relativas às datas de entrada em serviço dos novos sistemas produtor e distribuidor da electricidade, presumindo-se no entanto ter sido em fins de 1966, princípios de 1967.

Segundo noticiou o "Correio da Horta" de 18 de Julho de 1966, dias antes fora posta em funcionamento a central do Varadouro "***pela primeira vez ligada provisoriamente por um fio a uma vivenda nas proximidades da central***".

A 17 de Agosto de 1967 no mesmo jornal escrevia-se que o Varadouro estava a ser electrificado e que "***já se viverá uma hora alta, melhor uma hora de esperança e progresso na vida desse belo recanto quando se inaugurara oficialmente o sistema de distribuição de energia eléctrica***".

O que é facto, é que na Horta, em 1967, as novas instalações municipais já funcionavam, embora com uma parte da rede de distribuição ainda se mantivesse em serviço, alimentada em C.C. pela antiga térmica. Neste ano a produção de energia eléctrica teve a seguinte repartição:

Central H.E. do Varadouro	95.440 kWh
Central térmica de C.C.	339.700 kWh
Central térmica da Horta de C.A.	540.760 kWh

A partir de 1968 a produção de energia ficou entregue exclusivamente ao sistema hídrico-térmico municipal.

Porém, a central do Varadouro continuou com a sua produtibilidade reduzida às afluências na levada das Águas Claras (fracas durante as estiagens) não dispondo praticamente do reservatório de compensação anual. O problema de tornar suficientemente estanque este reservatório teve então solução economicamente viável (3).

Desta maneira, nos anos que imediatamente se seguiram, a produtibilidade anual prevista para o aproveitamento hídrico, calcudada em 1.500.000 kWh, nunca foi alcançada.

A produção térmica tornou-se dominante e foi o reforço do seu equipamento produtor que permitiu satisfazer os crescentes aumentos de consumo na cidade e alimentar progressivamente em electricidade todas as freguesias do concelho da Horta.

Aos primeiros grupos de 260 CV vieram juntar-se:

- Em 1973, o grupo diesel Peter-Brush de 600 CV/415 kVA transferido da central da Fajã redonda de S. Miguel.
- Em 1975, 1976, 1978 e 1979, em cada um destes anos, instalaram-se grupos diesel Mirrles de 1160 CV, com alternadores Brush de 1022 kVA.

Os grupos de 304 CV/260 kW foram desmontados sucessivamente em 1978 e 1979.

Os trabalhos para a extensão da rede eléctrica a todas as freguesias do Faial decorreram entre 1969 e 1980 (vide mapa de electrificação da ilha, na página 147).

A relativa folga que se criou na potência instalada no Faial levou a D.G. dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos a estabelecer a interligação eléctrica desta ilha com a do Pico na intenção futura de transportar desta última para a do Faial energia hidroeléctrica produzida na projectada central do Paul. Esta ligação feita por cabo submarino entrou em serviço em Setembro de 1967 para aprovisionamento provisório da rede do concelho de Lajes do Pico. Infelizmente o cabo avariou em Janeiro de 1981 e o apoio foi interrompido.

Não se prestando a central térmica a receber mais ampliações de potência, cuja situação dentro de uma zona progressivamente urbanizada passou a ser muito contestada devido à poluição sonora, levou á decisão de se construir uma nova térmica, a de Santa Bárbara, com estudos ainda iniciados durante a vigência dos Serviços Municipalizados da Horta, mas que só viria a ser construída e entrar em serviço depois da integração daqueles serviços na Empresa de Electricidade dos Açores.

A finalizar estes apontamentos indica-se a evolução da produção da energia eléctrica na ilha do Faial até 1979 (em kWh):

Ano	Varadouro	Horta	Total
1969	737.180	618.840	1.352.820
1970	932.930	486.680	1.431.810
1971	794.840	935.410	1.729.950
1972	922.900	1.011.650	1.934.550
1973	833.900	1.373.690	2.457.590
1974	1.095.460	1.800.590	2.875.050
1975	907.470	2.474.730	3.392.603
1976	692.430	3.384.180	4.276.610
1977	696.440	4.571.640	5.268.080
1978	738.800	5.009.530	6.748.330
1979	611.810	6.102.330	8.714.140

(3) Há informação que presentemente está em serviço e recebe beneficiações.